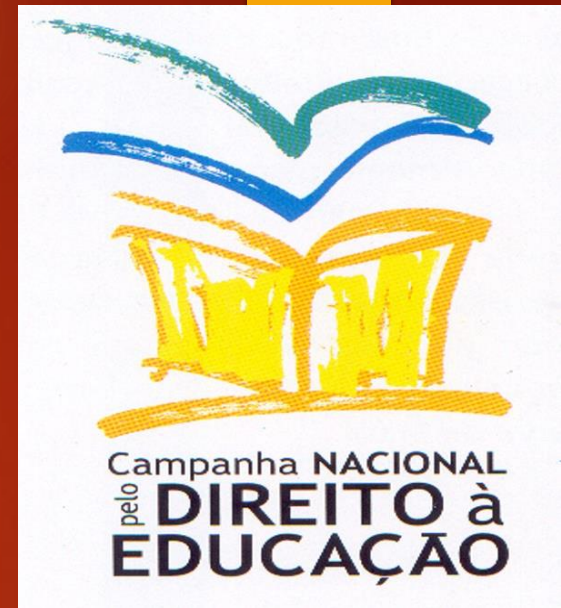


Reunião do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação - FNCE
Região Nordeste.

Financiamento da Educação Pública e o novo PNE.



PROFESSOR LUIZ ARAUJO
COMITÊ DIRETIVO DA CAMPANHA

Disputa pelo fundo público

- ▶ O pano de fundo do debate sobre o financiamento do Plano Nacional de Educação pode ser resumido na eterna batalha pela utilização do fundo público brasileiro.
- ▶ No processo constituinte os setores populares defenderam que os recursos públicos somente pudessem ser destinados para as escolas públicas. Perdemos esta importante batalha, mesmo que tenhamos conseguido reservar parte do fundo público para a área educacional.

Quais foram os embates?

- ▶ A proposta do governo era clara: aportar recursos apenas por meio de lento crescimento, fruto de melhorias na economia e abrir as portas de parcelas crescentes da oferta educacional para o setor privado.
- ▶ Diferentemente do período FHC, no período petista a lógica não será a desregulamentação da oferta privada, mas o subsídio público direcionado a inclusão de segmentos sociais vulneráveis.
- ▶ O governo defendeu 7% ao final da década e durante a tramitação, introduziu a contabilização dos recursos dos subsídios (de qualquer gênero) ao setor privado como parte do investimento público em educação.

Quais foram os embates?

Do outro lado estivemos nós, sociedade civil, herdeiros da trajetória de tantos que nos precederam.

As propostas da sociedade civil (com destaque para a rede de entidades aglutinadas na Campanha) era de primazia para a oferta pública educacional.

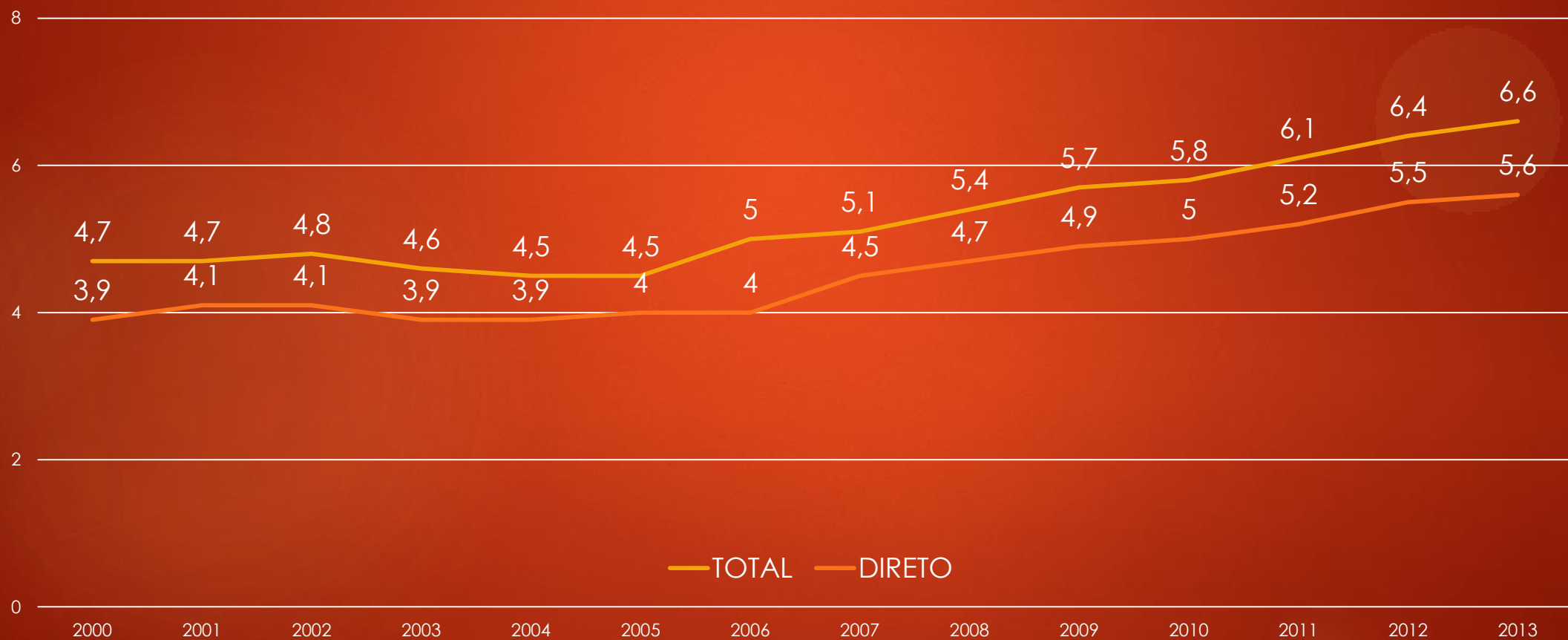
Foi demonstrado de forma cabal que 7% eram insuficientes para um PNE que incluísse na escola milhões de brasileiros (crianças, jovens e adultos) e que se baseasse em padrão mínimo de qualidade.

E foi comprovada a necessidade de se aplicar 10% do PIB na escola pública.

As vitórias

- ▶ A principal vitória foi aprovar o teor da META 20.
- ▶ **Meta 20:** ampliar o investimento público **em educação pública** de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do país no quinto ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a dez por cento do PIB ao final do decênio.
- ▶ Sem este recurso seria impossível alcançar as metas quantitativas e qualitativas das demais metas.

Investimento direto e total em educação – 2000 a 2013



As vitórias

- ▶ Apesar da resistência em especificar o percentual de cobertura pública, em duas METAS isso foi alcançado:
- ▶ **Meta 11:** triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e **pelo menos cinquenta por cento da expansão no segmento público.**
- ▶ **Meta 12:** elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, **quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público.**

As vitórias

Tornado bandeira de toda sociedade civil, o Custo Aluno-Qualidade, tradução do padrão mínimo de qualidade inscrito desde 1988 em nossas normas legais, foi uma conquista fundamental para o combate da desigualdade territorial na prestação do serviço educacional.

20.6 - no prazo de dois anos da vigência deste PNE, **será implantado o Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi)**, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem **e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade (CAQ);**

As vitórias

E ter conseguido inserir na lei a obrigação de que a União tenha como tarefa auxiliar estados e municípios a alcançar este novo padrão (Estratégia 20.10) foi uma das mais renhidas disputas.

20.10 - **Caberá à União**, na forma da lei, a complementação de recursos financeiros a todos os estados, ao Distrito Federal e aos municípios **que não conseguirem atingir** o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ.

As derrotas

- ▶ Infelizmente em muitos outros trechos o setor privado, com apoio do governo, conseguiu inserir brechas para transferência de recursos.
- ▶ Artigo 5º.....
- ▶ § 4º O investimento público em educação a que se referem o inciso VI do art. 214 da Constituição Federal e a meta 20 do anexo desta lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal e do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como os recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, **inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil** e o financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial na forma do art. 213 da Constituição Federal.

A hegemonia do privado

- ▶ A contradição que existe no PNE nada mais é do que reflexo da disputa de concepções de Estado que permeia nossa sociedade.
- ▶ Considero que existe uma crescente consolidação de uma hegemonia privatista no meio educacional. Tal hegemonia se expressa no governo federal, no parlamento, nos governos estaduais e prefeituras.
- ▶ As fronteiras entre o público e privado estão se dissolvendo e a lógica de que a prestação de serviço educacional não precisa ser feita diretamente pelo Estado vem se fortalecendo.

Participação percentual da oferta privada na educação no final de mandatos presidenciais (2002 a 2014).

	Creche	Pré-escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	Educação Profissional
FHC 1	32,3%	24%	8%	11%	18%	
FHC 2	37,8%	26%	9%	10%	13%	51%
LULA 1	35,7%	26%	10%	10%	12%	55%
LULA 2	34,4%	24%	13%	12%	12%	56%
DILMA 1	36,3%	25%	17%	15%	14%	65%

Próximas batalhas

- ▶ Esta fala é feita em tempos tortuosos, de ajuste fiscal. Considero que o Plano Nacional de educação está sob forte risco, e na melhor das hipóteses, seus efeitos estão sendo adiados para depois que a crise passar.
- ▶ As medidas anunciadas até o momento dificultam o cumprimento das metas, seja pela união, que vem cortando recursos da educação, seja pelos estados e municípios, afetados diretamente nas suas receitas pela paralisia da economia.

Próximas batalhas

- ▶ A primeira batalha é garantir que o PNE não vá para a gaveta, como aconteceu com o anterior.
- ▶ A segunda batalha é a preservação dos aspectos públicos presentes no plano, disputando seus destinos com a vertente privatista.
- ▶ A terceira batalha é para efetivar espaços de colaboração previstos no PNE, essenciais para garantir maior equilíbrio na distribuição dos recursos necessários ao cumprimento de suas metas.

Próximas batalhas

- ▶ A quarta batalha é a efetivação de um Custo Aluno-Qualidade digno do nome. Corremos o risco de vermos apenas uma edição de um Fundeb melhorado, seja por problemas conceituais, seja pelos efeitos do ajuste fiscal sobre o debate.
- ▶ A mobilização, que foi decisiva para arrancar vitórias, será ainda mais fundamental na fase de implementação do PNE.